

Sarney acha 4 anos uma discriminação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney quer porque quer os cinco anos de mandato. Saber por que, é fácil: não gostaria de ser discriminado nem humilhado diante dos antecessores e sucessores e passar à História como o governante que teve seu mandato reduzido por falta de apoio político. Além disso, o poder é sempre o poder. Na sua obstinação de ficar cinco anos, também pesam argumentos do homem e do político, ainda que sua terceira face, o escritor, reaja. Saindo em março do ano que vem, poderia dedicar-se exclusivamente à literatura.

O diabo não é saber por que, mas para que o presidente quer os cinco anos. Não pode ser para deixar as coisas como estão, ou seja, mal, paralisadas e em processo de perplexidade. Ele já admitiu, em conversas reservadas, estar disposto a adotar medidas profundas e rígidas na economia, assim que tiver garantidos os cinco anos. Alteração na mecânica de correção salarial dos funcionários públicos, quem sabe de todos os assalariados; extinção de estatais deficitárias; compressão nos gastos públicos; corte no déficit; dispensa ou aposentadoria compulsória de servidores do governo; imposição de juros negativos nas aplicações de curto prazo; redução nos incentivos e nos juros subsidiados e aumento da carga fiscal, entre outras. O objetivo é reduzir a inflação e proporcionar, mesmo a médio prazo, condições para a retomada do desenvolvimento.

No plano político, quais seriam os projetos presidenciais? Aqui, algumas revelações, colhidas junto a parlamentares que têm conversado com Sarney. Sua idéia, garantidos os cinco anos, seria pela formação de um sólido bloco governista no Congresso, embrião ou até início formal de um novo partido político. Apesar das negativas do assessor Thales Ramalho, é por aí que a proclamação vai passar, uma vez aberta a porta da igreja. Sarney ressentido de maneira especial do PMDB e de seu comando. Julga ter sido a legenda do dr. Ulysses (e o próprio) o maior entrave ao seu governo. Deu tudo aos peemedebistas e muito pouco recebeu. Assim, a hora seria de arrebentar a boca do balão. Partindo do PFL, do PDS, do PTB e de setores liberais e moderados do PMDB, o bloco funcionaria sob sua liderança direta, uma espécie de Central recomposto e ordenado. Inclusive com registro na Justiça. Se, por hipótese, o parlamentarismo fosse aprovado, o bloco teria todas as condições de indicar o primeiro-ministro. Não seriam favas contadas as especulações que dão Ulysses Guimarães como já nomeado para a chefia do governo, nesse caso.

Mas tem mais. Imagina o presidente José Sarney que, com seu período de governo estendido até 15 de março de 1990, e com as eleições para a sua sucessão realizando-se meses antes, poderá participar ativamente do processo. Até coordená-lo e conduzi-lo, se o bloco parlamentar governista tiver evoluído para se tornar um partido permanente. Acredita que com a promulgação da nova Constituição todo o quadro partidário sofrerá abalos e mutações, podendo surgir, com condições de sucesso, outras candidaturas além das já colocadas, de

Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Luiz Inácio da Silva. Traduzindo: Antônio Ermírio de Moraes.

Não sendo aprovados os cinco anos, é ainda o raciocínio de Sarney, as coisas ficarão na pior. Primeiro, porque o País não suportará a realização de eleições presidenciais antes que estejam prontas as principais leis complementares à nova Carta. Depois, e também continua sendo pensamento dele, porque as esquerdas vêm radicalizando demais e fatalmente despertarão reações de sempre, inclusive nas Forças Armadas. A partir daí, será o imponderável. Para não falar da situação econômica, antes de mais nada necessitando de tempo para recuperar-se.

O presidente teme que eleições presidenciais este ano redundem na vitória de Leonel Brizola, Luiz Inácio da Silva ou alguém como eles, o que conturbaria sobremaneira o País. Conquistado um interregno, as coisas começariam a mudar. Muito na intimidade, confessa não ver possibilidades eleitorais para Ulysses Guimarães.

Apresentou-se, até aqui, o ponto de vista do presidente da República, por enquanto muito mais empenhado em manter cinco anos de mandato do que propriamente em executar o que seriam as alterações fundamentais na política e na economia. O problema está em que, se tais iniciativas surgem como necessárias e até lógicas, por que devem ficar na dependência de um ano a mais ou a menos para a atual administração? Afinal, a economia continua despencando e atinge profundezas jamais alcançadas. Da política, nem haverá que falar, tornada em verdadeira babel. Também precisa retificações fundamentais. Subordinar alterações à conquista dos cinco anos será, no mínimo, um ato de egoísmo, ainda que, no reverso da medalha, também possa constituir-se numa estratégia. É verdade que um presidente prestes a deixar o governo careceria de força suficiente para enfrentar resistências e obstáculos à adoção de um plano econômico nitidamente destinado a contrariar interesses. Como, também, não disporia de origem para liderar mutações partidárias profundas. Mas essas restrições invalidam a necessidade de mudanças imediatas?

Nesse ponto estamos e nesse ponto ficaremos, até que a Assembleia Nacional Constituinte, hoje, amanhã ou depois, decida sobre o tempo de mandato dos presidentes da República. O que, irremediavelmente, não deixa de conduzir à possibilidade de uma espera penosa. Porque, mesmo que os cinco anos sejam votados esta semana, para período administrativo dos presidentes da República, haverá que enfrentar ainda o problema específico do mandato do presidente José Sarney. E não ficará atécerá quando da votação das disposições transitórias da nova Carta. O Artigo 4º desse capítulo, aprovado pela Comissão de Sistematização, dispõe que o atual mandato terminará em 15 de março de 1989. Não há como ignorar o texto, ainda que possa merecer emenda supressiva, desaparecendo. Mas apenas em fins de maio, quem sabe junho. Até lá, Sarney permanecerá 24 horas por dia empenhado em ficar cinco anos, sem tempo para cuidar de reformulações econômicas ou políticas.

C.C.